

ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO: TRABALHO REMUNERADO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Felipe Watarai*
Geraldo Romanelli#

RESUMO. O objetivo deste trabalho é analisar o modo como adolescentes trabalhadores do sexo masculino vivenciam o ingresso no mercado de trabalho, o significado que atribuem às atividades aí desempenhadas e como estas contribuem para a construção de suas identidades. A coleta de dados foi feita a partir de entrevistas semiestruturadas com dez adolescentes que frequentavam o Ensino Médio, de idade entre 16 e 18 anos, pertencentes às camadas populares de Ribeirão Preto-SP. A análise dos dados enfocou a construção da identidade como um processo psicológico, mas também atrelado ao contexto social. A identidade de trabalhador apresentou maior relevância em relação a outras identidades sociais, sendo associada pelos sujeitos à conquista de maior maturidade e autonomia. Assim, a aquisição dessa identidade contribui para estruturar representações e práticas também em esferas como a família e a escola.

Palavras-chave: Adolescentes do sexo masculino; trabalho; identidade.

MALE TEENAGERS: PAID WORK AND IDENTITY CONSTRUCTION

ABSTRACT. The aim of this study is to analyze the way male teenager workers experience their entrance into the labor market, the meanings they give to the activities performed in this sphere, and the role of these elements in the construction of their identities. The data collection was conducted through semi-structured interviews with ten teenagers at the age band between 16 and 18 years old, of low-income classes of Ribeirão Preto-SP, and currently attending High School. The data analysis focused on the identity construction as a psychological process, but also related to the social context. The worker identity presented, among the subjects, a greater importance if compared to other social identities, and it was associated with the conquering of a greater maturity and autonomy. Therefore, the establishment of this identity played an important role in structuring representations and practices also in spheres such as family and school.

Key words: Male teenagers; work; identity.

ADOLESCENTES DEL SEXO MASCULINO: TRABAJO REMUNERADO Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD

RESUMEN. El objetivo de este trabajo es analizar la manera como trabajadores adolescentes del sexo masculino viven el ingreso en el mercado de trabajo, el significado que les atribuyen a las actividades desempeñadas en este ambiente, y como ellas contribuyen para la construcción de sus identidades. El levantamiento de datos fue hecha a partir de entrevistas parcialmente estructuradas con diez jóvenes del "Ensino Médio", entre 16 y 18 años, pertenecientes a las clases populares de Ribeirão Preto-SP. El análisis de esos datos enfocó la construcción de la identidad como un proceso psicológico, y además, referente al contexto social. La identidad del trabajador se presentó más relevante en relación a otras identidades sociales, estando asociada a conquista de mayor madurez y autonomía. De ese modo, la adquisición de esa identidad contribuye para estructurar representaciones y prácticas, incluso en ámbitos, como la familia y la escuela.

Palabras-clave: Adolescentes del sexo masculino; trabajo; identidad.

* Psicólogo. Doutorando em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da Universidade de São Paulo.

Graduado em Ciências Sociais. Doutor em Ciência Social (Antropologia Social). Professor assistente da Universidade de São Paulo.

Este artigo tem como objetivo discutir a relação que adolescentes do sexo masculino estabelecem com o mercado de trabalho e como o desempenho de uma atividade remunerada tem diferentes implicações, especialmente quanto à construção de suas identidades. Inicialmente, são apresentados os fundamentos teóricos acerca dos temas deste trabalho e uma contextualização da adolescência no Brasil, seguidos da descrição da metodologia e da análise dos resultados.

ADOLESCÊNCIA: LIMITES ETÁRIOS E SÓCIO-HISTÓRICOS

Dividir o ciclo da vida em etapas constitui uma forma de classificação encontrada nas mais diversas sociedades, pela qual se procura atribuir aos integrantes de diferentes faixas etárias posições sociais, direitos e deveres específicos. Se essa modalidade de classificação é largamente difundida, ela não ocorre de modo uniforme em diferentes contextos sociais. Mesmo tomando como referência a realidade das sociedades ocidentais contemporâneas, se os termos criança, adolescente e adulto não causam estranheza, eles também não pressupõem uma definição unívoca.

Diversas organizações fazem uso de definições cronológicas para delimitar essas etapas, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que define a adolescência entre os 15 e 19 anos, sendo seguida pela juventude, que corresponde à faixa etária de 20 a 24 anos (Martins, 2000). Outro critério etário, este exclusivamente nacional, é o do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal n.º 8.069, de julho de 1990, que classifica como criança quem tem até 12 anos incompletos, e como adolescente aquele entre 12 e 18 anos também incompletos (ECA, 1990).

Essas definições têm uma série de aplicações, como a implementação de políticas públicas para essa faixa etária. Dessa maneira, o ECA limita o ingresso de adolescentes no mercado de trabalho, estabelecendo seu ingresso legal na força de trabalho somente a partir de 16 anos (Ishida, 2007). Tal regulamentação procura garantir, entre outras coisas, que os adolescentes tenham horário de trabalho condizente com a frequência à escola, evitando condições prejudiciais à sua saúde e a seu desenvolvimento.

Por outro lado, a classificação cronológica da adolescência não abrange a heterogeneidade de fatores sociais e históricos que influenciam as formas de sociabilidade dos adolescentes, que são diversas

segundo os contextos sociais nos quais vivem (Pais, 2003, Traverso-Yépez & Pinheiro, 2005).

Deve-se considerar ainda que a adolescência constitui uma etapa de transição entre a infância e a idade adulta. Essa transição implica uma série de mudanças nas condutas do indivíduo, que busca uma posição de maior independência e autonomia, uma postura mais ativa e questionadora ante o mundo. A partir disso, o sujeito gradualmente constrói uma identidade própria, diferenciando-se inicialmente dos pais, contestando condutas e valores paternos (Coleman, 1992, Erikson, 1994, Salles, 2005).

Ao mesmo tempo, o convívio com os pais, o grupo de pessoas da mesma faixa etária, da escola, do bairro, do clube, da rua, etc., ganha importância ao se constituir como espaço privilegiado tanto para expressão de emoções, dúvidas e incertezas quanto para oferecer referências para ordenar a conduta de modo condizente com a idade, o gênero e a condição social. A importância desse grupo aumenta em sociedades que passam por processos acelerados de mudança - como a nossa - nas quais as formas de conhecimento dos mais velhos tendem a ser consideradas como desatualizadas para orientar os mais novos (Coleman, 1992).

Considerando-se a complexidade dessa fase, utiliza-se neste trabalho a classificação de adolescência estabelecida pelo ECA, mas se estabelece como faixa etária dos sujeitos da pesquisa aquela entre 16 e 18 anos incompletos, na qual é permitido o trabalho legalizado dos adolescentes.

FAMÍLIAS DE CAMADAS POPULARES, SOCIALIZAÇÃO E IDENTIDADE

Para se apreender o contexto social em que vivem os adolescentes que são tema deste trabalho, é necessário investigar as características de suas famílias, que fazem parte das camadas populares.

Utiliza-se aqui o conceito de camadas populares para designar a população pobre dos centros urbanos, cuja existência é marcada por condições precárias, que incluem moradia inadequada, renda familiar reduzida, dificuldade de acesso a serviços de saúde, educação e saneamento básico, entre outras. Apesar da crescente diversidade dos arranjos domésticos, os cuidados com os filhos e o processo de socialização ainda cabem principalmente à mãe, enquanto o pai tende a apresentar menor importância nessas atividades nas famílias dessas camadas (Romanelli, 1997).

É por meio da socialização que padrões culturais que organizam o comportamento individual são transmitidos aos integrantes de um grupo social.

Concomitantemente, outras agências socializadoras, como escola, igreja, mídia, também atuam como difusores desses padrões e influenciam o processo socializador (Berger & Berger, 2004, Coleman, 1992).

Enquanto durante a infância os pais constituem os principais agentes desse processo, servindo de intermediários entre a esfera social mais ampla e os filhos, na adolescência há diminuição da importância dos genitores, na medida em que o grupo de pares passa a ter influência significativa para o aprendizado de padrões de conduta.

É fundamental ressaltar que crianças e adolescentes reagem de modo diverso ao processo socializador, que não tem o condão de tornar os sujeitos completamente conformados e obedientes aos padrões culturais, havendo espaço para contestações e divergências, em especial para os adolescentes.

Na relação com pessoas que vivem em condições socioculturais semelhantes às suas e também com outras de diferentes segmentos sociais e com outro repertório cultural, os sujeitos são socializados e adquirem uma identidade pessoal, ou individual, e outra social, ou coletiva (Goffman, 1978, Oliveira, 1976). A identidade pessoal refere-se à individualidade de cada sujeito, àquilo que é parte exclusiva e única de sua biografia e o distingue dos demais indivíduos, contribuindo para o processo de sua autoidentificação. Essa identidade engloba aspectos variados e sua conjunção única e particular confere a cada indivíduo elementos que compõem sua biografia e sua subjetividade (Goffman, 1978).

Diferentemente da identidade pessoal, que inclui atributos próprios de cada indivíduo, a identidade social compreende a parte socializada do sujeito, ou seja, o que é compartilhado pelo seu grupo social. A noção de identidade social inclui características vinculadas a formas de conduta que o indivíduo incorpora em função de sua participação em contextos sociais específicos, como entre outros, a camada social, a etnia, a religião e a ocupação, que o autoidentificam e também o identificam perante outros, como integrante de determinado grupo social (Costa, 1989).

Resulta daí o caráter plural da identidade social, pois, no decurso de sua trajetória de vida, cada sujeito adquire várias identidades sociais, correspondentes à sua inclusão em diferentes grupos. Desse modo, cada pessoa adquire uma série de identidades, como as de filho(a), estudante, amigo(a), e em sua trajetória ocorre a inclusão em outros grupos e outras identidades são incorporadas, como as de trabalhador(a), marido/esposa, pai/mãe.

Por outro lado, se a identidade social envolve uma relação de inclusão, integrando o sujeito em conjuntos de outros indivíduos portadores dos mesmos atributos e permitindo sua identificação, ela também tem sua contrapartida na relação de exclusão, que opera diferenciações com pessoas pertencentes a outros agrupamentos (Badinter, 2007).

É neste sentido que a identidade é contrastiva (Oliveira, 1976), criando demarcações e limites entre os componentes de uma categoria social e aqueles integrantes de outras categorias, estabelecendo fronteiras simbólicas e sociais entre os sujeitos. No decurso da trajetória de vida de cada indivíduo, na qual ocorrem processos de identificação e de diferenciação, reafirma-se também a identidade de gênero, que estabelece formas de sociabilidade de acordo com as representações que definem o universo masculino e o feminino. De fato, a aquisição de diferentes identidades ocorre em um processo contínuo de ampliação de experiências sociais que coloca os indivíduos em relação com a alteridade.

Além do aspecto de inclusão e exclusão em diferentes grupos sociais, é necessário ter em vista também o aspecto dinâmico, ou de "metamorfose" da identidade, como descreve Ciampa (2007). Nesse sentido, a construção da identidade não é um processo estático e desprovido de cisões.

Para as famílias das camadas populares, o processo socializador durante a adolescência direciona-se no sentido de que os filhos adquiram com a maior brevidade possível certa independência para cuidarem de si próprios sem supervisão adulta e para conquistarem autonomia, o que contribui para ampliar suas identidades sociais. O processo de amadurecimento psicológico e social dos adolescentes implica busca de independência e autonomia. A primeira refere-se especialmente à independência financeira e consiste em depender menos dos outros utilizando recursos próprios provenientes de suas atividades, enquanto a autonomia diz respeito ao conhecimento do mundo que é regido por regras construídas na relação com outras pessoas (Singly, 2000), e à capacidade de autorreflexão e de autodeterminação para definir direitos e deveres (Giddens, 2003), ou seja, ao desenvolvimento da capacidade de autogoverno, de estabelecer e gerir os próprios interesses no relacionamento com os outros. Independência e autonomia não são construídas somente na interioridade do sujeito, mas dependem de sua relação com a alteridade, num processo de negociação contínuo, que necessita ser incorporado à constante construção da identidade pessoal e das identidades sociais.

Nessas circunstâncias, os filhos passam a gozar de maior liberdade de circulação durante a adolescência, o que amplia suas formas de sociabilidade. Apesar disso, os pais continuam a empenhar-se em manter controle sobre os relacionamentos dos filhos, procurando evitar desvios que comprometam o futuro deles (Romanelli, 1997).

Nas famílias de camadas populares, os filhos passam a ter atribuições a partir dos seis ou sete anos. Isso inclui tanto a execução de tarefas domésticas quanto a inserção no mercado de trabalho, sobretudo em seu setor informal. Promove-se assim uma "adultização precoce" dos filhos, em especial os do sexo masculino. As filhas, em função dos papéis sexuais atribuídos ao sexo feminino, não são impelidas a exercer trabalho remunerado da mesma forma como ocorre com os filhos das famílias das camadas populares (Romanelli, 1997, Sarti, 2009).

Essa socialização para assumir tarefas domésticas e/ou remuneradas está diretamente associada às condições financeiras das famílias. Com rendimentos escassos, uma possibilidade de ampliá-los e de melhorar o consumo depende de os membros da família poderem contribuir para o orçamento doméstico. Neste sentido, os rendimentos obtidos pelos filhos são fundamentais para assegurar o consumo da família, conforme várias pesquisas já documentaram (Carvalho, 2008, Kassouf, 2007, Romanelli, 1997, Souza & Alberto, 2008).

Com o ingresso no mercado de trabalho formal ou informal, os filhos passam a ter uma nova condição dentro da família, já que, em vez de apenas consumidores, passam a ser produtores de rendimentos, agregando a identidade social de trabalhador às outras identidades (Romanelli, 2008). Com isso, passam a desfrutar de maior autonomia em relação aos pais, com possibilidade de negociação e até de contestação das orientações e dos limites impostos por eles. Além disso, o trabalho remunerado contribui decisivamente para o processo de amadurecimento psicológico e social dos filhos do sexo masculino (Romanelli, 1997).

A inclusão dos adolescentes na condição de trabalhadores e produtores de rendimentos propicia uma série mudanças em suas trajetórias de vida, com repercussão na construção de suas identidades. Os efeitos dessa transição colaboram para diferenciá-los daqueles que não vivenciam a mesma experiência e para identificá-los com os que partilham da mesma situação, configurando um processo de deslocamento, que pode ser aproximado dos ritos de passagem (Van Gennep, 2004) ou dos ritos de instituição (Bourdieu, 1982).

O rito de passagem pode tornar essas transformações mais evidentes. O rito abrange cerimônias que visam destacar certas mudanças no ciclo de vida dos integrantes de uma sociedade, em especial em processos de aprendizagem de uma ocupação, da agregação em grupos restritos, da mudança de faixa etária e de ordenação religiosa. Tal definição implica na concepção de uma sociedade portadora de divisões internas, por meio das quais seus membros são distribuídos e classificados. A princípio, ritos de passagem teriam caráter mágico, visando a um objetivo religioso, na medida em que são realizados a partir de representações acerca do sobrenatural (Van Gennep, 2004). Por outro lado, esse conceito pode ser útil para compreender alguns aspectos da entrada no mercado de trabalho por parte dos adolescentes do sexo masculino, em um contexto marcadamente laico, uma vez que a vida social também é estruturada por atos formais e ritualizados, estabelecidos coletivamente.

Avançando na análise de Van Gennep acerca dos rituais de passagem, Bourdieu (1982) procura evidenciar sua relevância social, que não apenas separa a infância da idade adulta, mas fixa uma distinção entre os que passaram pelo ritual e aqueles que não foram submetidos a ele, instituindo uma diferença permanente entre ambos. Trata-se não apenas de separação, mas de instituir a separação, consagrando-a, isto é, sancionando os atributos adquiridos. Instituir, portanto, é conferir a alguém uma identidade, que estabelece limites para a atuação dos indivíduos.

A inclusão em atividades produtivas proporciona, como ocorre nos ritos de passagem e de instituição, a incorporação de nova identidade social, a de trabalhador. Nessas circunstâncias, os adolescentes passam a considerar que deixaram de ser criançasmas ainda não estão investidos imediatamente na posição social de adultos. Isso ocorre porque lhes faltam outras características adultas, em especial a constituição de uma família própria, o que traria novas responsabilidades. Por isso, continuam em um período em que podem gozar de maior liberdade social e sexual, pelo fato de não terem se casado e não terem família para manter (Romanelli, 1997, Sarti, 2009).

Os ritos demarcam a separação de um indivíduo de um segmento da sociedade para sua agregação em outro. Simultaneamente, constituem uma instância liminar entre fases da trajetória dos adolescentes. Por isso, nessa etapa de transição há poucos direcionamentos culturais claramente explicitados no plano das representações, isto é, das ordenações culturais, que possam estabelecer identidades e

orientar condutas. Desse modo, os indivíduos que se encontram nessa zona liminar podem vivenciar certa invisibilidade social, pois, nesse momento, não possuem identidade que lhes proporcione um corpo socialmente visível (Van Genneep, 2004).

Ao ingressar no mercado de trabalho, além dessas mudanças nas identidades pessoais e sociais, os adolescentes passam a ter a possibilidade de consumir bens materiais aos quais provavelmente não teriam acesso caso não dispusessem de recursos financeiros próprios (Romanelli, 1997, 2008). Alguns desses bens constituem "símbolos da juventude" e abrangem itens de vestuário e de lazer, tendo elevado valor simbólico para os adolescentes. Cabe lembrar que a formação/invenção de uma "cultura jovem" foi impulsionada pelo consumo (Seade, 1998).

Não obstante, as possibilidades de os adolescentes exercerem atividade remunerada e, conseqüentemente, de atingirem independência financeira, dependem de fatores estruturais, referidos às condições legais para ingressarem no mercado de trabalho e das condições desse mercado, as quais regem o ingresso no sistema produtivo e são variáveis segundo idade, sexo, escolaridade e experiência de trabalho anterior.

OS ADOLESCENTES E O MERCADO DE TRABALHO

Nos últimos anos a faixa etária que abrange os adolescentes tem apresentado crescimento, destacando-se em relação ao conjunto da população. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o grupo compreendendo a população na faixa etária entre 15 e 19 anos era o segundo mais numeroso, com mais de 17 milhões de pessoas. Esse grupo é precedido por aqueles entre 10 e 14 anos, com quase 18 milhões, e seguido pelo de jovens entre 20 e 24 anos e de crianças entre 5 e 9 anos, ambos com mais de 16 milhões (IBGE, n.d.). Esse crescimento demográfico não tem sido acompanhado por ações do poder público para oferecer serviços como educação e saúde, ou para promover políticas públicas de geração de empregos para os adolescentes legalmente aptos a trabalhar (Seade, 1998).

O acesso ao emprego vem se tornando especialmente difícil para os adolescentes em decorrência do desemprego estrutural. Ao lado do aumento de adolescentes e jovens no conjunto da população, eles sofrem maior instabilidade no emprego, permanecendo nele menos tempo do que seus colegas mais velhos. A alta rotatividade limita o

acúmulo de experiência profissional, o que acarreta dificuldade para nova colocação no mercado de trabalho (Seade, 1998). Os dados da PNAD de 2007 do IBGE indicam que as taxas de desocupação no Estado de São Paulo são bem mais acentuadas entre os mais jovens, de 10 a 17 anos, e de 18 a 24 anos - que correspondem, respectivamente, a 34,3% e 16,5% - do que entre as faixas etárias mais velhas, de 25 anos em diante, que variam entre 6,9 e 3,9% (IBGE, n.d.).

Dados obtidos na Região Metropolitana de São Paulo em 1996 indicam que experiência anterior de trabalho e maior grau de escolaridade contribuem para o ingresso de indivíduos entre 15 e 24 anos no sistema produtivo e na permanência no emprego, além de possibilitarem melhores remunerações e menores jornadas de trabalho. Apesar disso, somente a escolaridade não garante permanência no emprego, já que 23% dos inativos ou desempregados tinham concluído o Ensino Médio (Seade, 1998).

A escolaridade pode então gerar uma expectativa de melhor colocação no mercado de trabalho, embora nem sempre isto se concretize. Mesmo assim, pode-se constatar nos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE uma relação diretamente proporcional entre quantidade de anos de estudo e rendimentos obtidos (IBGE, n.d.).

Em todos os níveis sociais e etários, o desemprego não se justifica apenas por mudanças nos padrões de produção, mas sua ocorrência deve-se também à ausência do Estado na regulamentação das relações de trabalho (Martins, 2000). Dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE indicam que na faixa etária entre 10 e 19 anos encontra-se a maior proporção de trabalhadores sem carteira de trabalho, portanto excluídos do mercado formal de trabalho (IBGE, n.d.), o que os priva de direitos como férias, 13º salário, FGTS, etc.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com dez adolescentes do sexo masculino, da faixa etária entre 16 e 18 anos incompletos. Todos estavam inseridos no mercado de trabalho de modo formal ou informal e cursavam o Ensino Médio no período noturno em uma escola pública de Ribeirão Preto-SP. A seleção dessa faixa etária levou em conta a regulamentação do ECA, que somente permite o registro de trabalho após os 16 anos e circunscreve a adolescência à idade de até 18 anos. Já a escola foi escolhida por estar localizada em um bairro ocupado por camadas populares, e também pelo grande número de turmas e alunos no período noturno.

O contato inicial com os sujeitos foi feito por meio da escola, com a autorização da direção. Durante o intervalo das aulas foram procurados alunos que estivessem trabalhando, aos quais se explicavam os objetivos da pesquisa. Quando os adolescentes concordavam em participar, era-lhes entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que os pais ou responsáveis o assinassem, autorizando-os a conceder a entrevista. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas fora do período das aulas, as quais investigavam suas trajetórias profissionais e escolares e suas redes de sociabilidade na família, na escola e em seus bairros. Os nomes dos sujeitos citados nos depoimentos transcritos adiante são fictícios, a fim de assegurar o anonimato e a privacidade dos entrevistados.

A análise dos dados buscou identificar os temas mais recorrentes e significativos entre os sujeitos, com vista a elaborar uma descrição mais integrada e coesa do seu conjunto para ser contraposta à literatura na área.

Conforme determinação do SISNEP (Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos), o projeto da pesquisa foi avaliado pelo Comitê de Ética da instituição à qual os autores deste trabalho estão vinculados, e seus procedimentos foram considerados condizentes com as determinações do SISNEP e do Comitê.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desempenho de uma atividade remunerada é apontado pelos sujeitos como um marco em suas biografias, pois estabelece ruptura entre a fase anterior ao ingresso no mercado de trabalho e o início de nova etapa da vida. Essa mudança na biografia implica na conquista de nova identidade social e também na transformação da identidade pessoal de cada adolescente, pois autonomia e independência financeira, atributos positivos conquistados pelo fato de ser trabalhador, são incorporados a essa identidade. A condição de trabalhador constitui ainda atestado de honestidade e significa, simbolicamente, afastamento da criminalidade.

A fase da qual os adolescentes saíram é descrita como um período no qual não havia responsabilidades e que era prazeroso principalmente pelo aspecto lúdico de várias atividades, como as *brincadeiras* com os pares.

Ah, eu não me arrependo não de começar a trabalhar bem cedo, viu cara? Eu acho que eu aprendi muita coisa com, com emprego,

essas coisas assim, que hoje em dia eu tenho. Uns colega, sabe, que nunca trabalharam, eles se arrepende de nunca ter ido procurar um emprego e tal, ter começado a trabalhar. Às vezes, outros estão fazendo coisa errada, tipo roubam 'tapa' de carro, fumam. Isso foi o que o serviço me ensinou (...) É, na época eu fiquei meio assim, né, porque, tipo, eu era criança, né? Muitos colegas queria brincar, ia soltar pipa, jogar futebol e eu tinha que trabalhar, às vezes eu queria não tá trabalhando, né? Fabiano (17 anos, vendedor em loja de shopping, começou a trabalhar com 13 anos em uma lanchonete).

Por outro lado, o fato de se descreverem como não mais *moleques*, mas como pessoas que estão se tornando *homens*, confere a eles autoridade para emitir opiniões e tomar decisões com certa autonomia em relação aos pais, especialmente quanto à liberdade de circulação e às opções de lazer.

Então nesse tempo, minha mãe que mais me deu, me deu a educação dela, que era bem rígida, sabe, bem rígida mesmo (...) fazia coisa de errado, era, apanhava. Não podia xingar em casa (...) Não podia nunca sair pra rua, não tinha muita liberdade (...) Ah, educação assim, né, eu, mais é pra minha irmã, porque eu tô quase um homem, né, eu respeito ela como mãe, mas eu só aviso ela, tipo, sabe, só dou a satisfação, "ó", eu vou pra uma festa, "ó, mãe, eu vou pra uma festa". (Fábio, 17 anos, trabalha em fábrica de lajes).

Mesmo que relacionem o início de atividades remuneradas a uma decisão individual, a influência da família para que comessem a trabalhar está frequentemente presente, mesmo que de modo indireto. De fato, os pais incentivam os filhos a procurarem trabalho para que não fiquem *na rua*, ociosos, sujeitos a influências indesejáveis (Romanelli, 1997). A família ainda pode intermediar o ingresso no mercado de trabalho ao acionar a rede de conhecidos, ou mesmo de parentes, para conseguir trabalho remunerado para os filhos:

Foi com ele [seu primo, com quem conseguiu seu primeiro trabalho] mesmo. Eu vim pra cá [veio sozinho para Ribeirão Preto para estudar e trabalhar], morei na casa dele. Como eu não tinha serviço, ele ofereceu pra mim começar a trabalhar com ele, é, ajudar um pouco lá, que o meu pai não gostaria que eu ficasse na rua também, numa cidade que

a gente nem conhecia direito (Douglas, 17 anos, serviços gerais em mercado).

Mesmo sem interferência direta no início dessas atividades, a simples opinião favorável da família ao início do trabalho é tida pelos adolescentes como importante e mobilizadora.

Descrindo as motivações para o início de suas ocupações, os sujeitos quase invariavelmente apontam o desejo de adquirir maior maturidade e independência em relação aos pais; no entanto, mais adiante na situação de entrevista, ou com essa encerrada, relatam que a dificuldade financeira e a necessidade de contribuir com o orçamento doméstico foram importantes para começarem a trabalhar. Do mesmo modo, ao serem questionados sobre o uso de seus rendimentos, fazem questão de mencionar que a contribuição financeira para o orçamento doméstico resulta de decisão própria. Essa argumentação é utilizada para explicitar que a situação da família não é de grande pobreza e também tem o propósito de indicar que os pais não os obrigaram a trabalhar e a ceder seus ganhos para as despesas domésticas. Procuram, assim, mostrar que o trabalho que exercem é fruto de decisão individual, da qual se orgulham e que os dota de certa "maioridade social", claramente derivada da aquisição da identidade social de trabalhador e de produtor de rendimentos.

Então, naquela época, eu vou, eu vou te dizer a verdade, a minha mãe nunca me forçou a nada, entendeu? Esse negócio de pensar em ajudar a família, entendeu, tal, foi sempre uma ideia minha mesmo (...) Eu quis trabalhar porque eu, eu quis começar crescer um pouco, queria ter minhas próprias coisas sem precisar da minha mãe (...) Ser um pouco mais independente, né? (Tiago, 17 anos, guarda da Área Azul, começou a trabalhar com 13 anos distribuindo panfletos).

A nova fase em que adentram leva-os a apreender como negativas condutas anteriores, quando não tinham responsabilidade com o trabalho e uma de suas identidades sociais era a de *moleque*. A participação em algumas brincadeiras, como empinar pipas ou jogar futebol, tende a ser considerada de forma negativa. Há um esforço para estabelecerem o contraste entre a identidade de moleque e a de trabalhador. Do mesmo modo, avaliam menos positivamente os usos que fazem de seus rendimentos quando os gastam com lazer ou bens de uso pessoal, como roupas e CDs, e mais positivamente quando contribuem para o orçamento doméstico.

Por outro lado, o esforço para se diferenciarem dos *moleques* mediante a incorporação de outra identidade que os separa daqueles e os identifica como trabalhadores, não promove um efetivo ingresso na idade adulta. Mesmo que colaborem para o orçamento de suas famílias e que essa ajuda seja bem-vinda, admitem que suas contribuições não são imprescindíveis. Para eles, o desemprego de um *homem* que já tem família pode ser incomparavelmente mais grave do que se perdessem seus empregos. Desse modo, a responsabilidade que possuem e que os diferencia contrastivamente dos *moleques* não é, ainda, a mesma dos *homens*.

Ah, foi ruim [quando perdeu o emprego], porque pra quem tava acostumado a ganhar dinheiro todo, todo fim de semana assim (...) então já descontrolou bastante, do que eu já tinha feito, de conta [para pagar], de tudo. (...) pra quem é que nem eu, jovem assim, tem os pais e a mãe pra sustentar, porque assim, mesmo que, pode faltar o que for, mas eles não vão me jogar pra fora de casa; então, no meu caso é ruim, mas não é o fim do mundo. Mas já pra quem tem uma família pra sustentar, ou quem tem uma responsabilidade assim... maior, assim... acho que deve ser cruel, sabe, muito difícil (Luís, 16 anos, servente de pedreiro).

Por sua vez, o relacionamento com a família, mesmo considerado como afetoso, principalmente com a mãe, é descrito como reduzido, ocorrendo com mais intensidade durante os finais de semana. O pouco tempo de permanência com os familiares resulta também do desejo de manterem outras formas de sociabilidade, como a de se encontrarem com os pares e com a namorada. Esse desejo de partilhar a convivência com diferentes pessoas é dificultado pelo escasso tempo de que dispõem, pois quase todos trabalham em período integral, o que os leva a sair de manhã para o trabalho, de onde seguem diretamente para a escola, voltando para casa apenas à noite.

Essa jornada prolongada é a principal queixa mencionada pelos entrevistados sobre a necessidade de conciliarem as atividades de trabalho com a frequência à escola. Eles não consideram o trabalho em si como elemento prejudicial ao desempenho escolar, mas lamentam a quantidade de horas dedicadas à atividade profissional, que provoca exaustão no fim do dia, quando frequentam a escola, onde devem concentrar-se nas aulas. O fato de não considerarem a ocupação como entrave para melhor aproveitamento escolar pode estar relacionado à valorização da condição social de trabalhador. Desse

modo, relatam que a escola é importante porque nela encontram amigos e descansam das atividades exercidas durante o dia; ou seja, na escola podem se posicionar mais como trabalhadores em horário de folga do que como estudantes.

Tranquilo... não atrapalha em nada [o trabalho nos estudos], eu acho tranquilo. Não é todo dia assim que você tá disposto pra estudar, tem dia que você cansa, né? (...) Ó, eu comecei, que nem, eu comecei trabalhar novo [com 12 ou 13 anos], então, e eu, sabe que eu antes era moleque, eu vivia passeando, sabe? Andava com os moleques, nós ia pra lagoa (...) E, tipo, escola pra mim, é divertimento, e eu não tenho como se divertir, é raro. Ó, hoje é quinta-feira [dia de folga], todo mundo trabalha, [o] que que eu vou fazer na quinta-feira? Eu fico em casa assistindo televisão, não tem nada pra fazer, divertimento mesmo é minha namorada e a escola. Dentro da escola, eu, tipo assim, eu vejo meus amigos, você tá entendendo? (Kléber, 17 anos, empacotador de supermercado).

Embora sejam unânimes em declarar que a escola é importante e que devem frequentá-la, há um envolvimento relativamente reduzido com as atividades escolares, especialmente se comparadas com o trabalho que desempenham. Sua presença na escola é justificada pela demanda do mercado de trabalho de se ter o Ensino Médio concluído, o que, supostamente, abre possibilidades de conseguirem ocupações melhor remuneradas.

Hoje a escola é essencial, né, porque se você não estuda, sem você estudar, você hoje não vira quase nada mesmo no mercado de trabalho. Hoje tá difícil você arrumar um emprego bom, assim, pra quem não tem estudo. Se você, por exemplo, você para na oitava série, hoje em dia é muito difícil você arrumar um trabalho bom assim (...). Que nem ele [um colega de sua mãe] era encarregado, o gerente ia sair, aí ia pôr de gerente, só que ele não terminou, não tinha o segundo grau completo, ele não pôde pegar, ficar, é, com o serviço, com o cargo. Por quê? Porque ele não teve estudo, ele parou de estudar, na época (William, 16 anos, office-boy).

Embora não tenham com o processo de escolarização o mesmo envolvimento que têm com o trabalho, os adolescentes declaram ter responsabilidades em relação às tarefas escolares.

Essas tarefas incluem dedicação aos estudos, e mesmo aqueles que não têm bom desempenho acadêmico afirmam comportarem-se de modo adequado durante as aulas, respeitando os professores e evitando conversar e brincar para não atrapalhar os demais alunos. Tal postura os diferencia dos bagunceiros, que fazem *brincadeiras* e prejudicam os colegas.

Na busca por uma identidade adulta, o contato com aqueles que têm comportamento de *moleque* tende a ser evitado; mas isso também se deve ao fato de que no grupo dos bagunceiros são incluídos supostos usuários de drogas e delinquentes. Há uma nítida preocupação, que extravasa os muros da escola, de evitar o contato com pares com comportamentos marginais, como consumo de drogas, prática de delitos e ociosidade.

Como a convivência com os demais alunos, cujo comportamento muitas vezes é condenado pelos sujeitos, é de certo modo inevitável, dado que os espaços onde circulam tendem a coincidir, a proximidade máxima que se permitem é a de polidez, de contatos cordiais. Isso é justificado em suas falas pela segurança que lhes proporciona a distância mantida em relação aos integrantes de outros grupos, evitando brigas e problemas com a polícia.

(...) convívio, até às vezes com gente que mexe [com drogas], mas cada um com seu lado, né? (...) Da escola, do bairro, da rua, todo lugar que eu frequento, sempre a gente acaba conhecendo um que mexe com isso, que vende. Não digo assaltante, nem gente que mata, assim, mas a maior parte é traficante, acho que mexe com droga, que consome, que vende. Só que eles na deles, eu na minha, a gente conversa normal (Douglas, 17 anos, serviços gerais em mercado).

Desse modo, os adolescentes procuram manter limites sociais e simbólicos com aqueles que podem comprometer a concretização de sua identidade de trabalhador e aproximam-se de pares com os quais se identificam, o que também indica a importância desses grupos na construção de suas identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos dos adolescentes acerca de seu ingresso no mercado de trabalho sugerem a importância da construção da identidade adulta e de trabalhador que procuram estabelecer, associada à conquista de autonomia e independência. Por outro lado, querem mostrar que a situação de suas famílias não é de

pobreza extrema, embora, por vezes, seu trabalho seja apontado como uma estratégia de sobrevivência por elas adotada.

A identidade de trabalhador, por ser mais valorizada do que as demais identidades sociais, tende a sobrepujá-las e a mediar a relação com outras esferas da vida social, como a escola. O ingresso no mercado de trabalho, assim como a necessidade estrutural, imposta pelo sistema produtivo, de conquistarem certo grau de escolaridade, é frequentemente citado pelos sujeitos como motivação para os estudos.

Mesmo que o desempenho escolar não seja avaliado pelos sujeitos como muito importante, consideram necessário manter bom comportamento na escola, porque associam os alunos indisciplinados aos *moleques*, dos quais procuram se diferenciar. Autoidentificando-se como trabalhadores, os adolescentes ainda não se sentem adultos, tampouco são identificados como tal pelos pais e por outros adultos. O trabalho constitui atributo que conota autonomia e responsabilidade, diferenciando-os das crianças, mas são justamente o exercício da atividade remunerada e o uso dos rendimentos auferidos que os separam dos adultos de fato, uma vez que ainda não são os principais responsáveis pelo sustento de uma família.

REFERÊNCIAS

- Badinter, E. (2007). *XY: La identidad masculina*. (M. Casals, Trad.). Madri: Alianza Editorial. (Original publicado em 1992).
- Berger, P. L. & Berger, B. (2004). Socialização: como ser um membro da sociedade. (R. Paul Neto, Trad.). Em Foracchi, M. M. & Martins, J. de S. (Orgs.), *Sociologia e sociedade: Leituras de introdução à Sociologia* (pp.200-214). São Paulo: Livros Técnicos e Científicos. (Original publicado em 1972).
- Bourdieu, P. (1982). Les rites d'institution. In: Bourdieu, P. *Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques* (pp.112-134). Paris: Fayard. (Original publicado em 1982).
- Carvalho, I. M. M. de (2008). O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, 21(54), 551-569.
- Ciampa, A. C. (2007). *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Coleman, J. C. (1992). Current views of the adolescent process. In: Coleman, J. C. (Org.), *The school years: Current issues in the socialization of young people* (pp. 1-23). Londres: Routledge. (Original publicado em 1979).
- Costa, J. F. (1989). *Psicanálise e contexto cultural*. Rio de Janeiro: Campus.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)* (1990). Recuperado em 7 de agosto de 2009 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069Compilado.htm
- Erikson, E. H. (1994). *Identity: Youth and crisis*. Nova Iorque: Norton & Company. (Original publicado em 1968).
- Giddens, A. (2003). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. (M. F. Lopes, Trad.). São Paulo: Editora da Unesp. (Original publicado em 1992).
- Goffman, E. (1978). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade*. (M. B. Nunes, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1963).
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (n.d.). *Censo Demográfico 2000*. Recuperado em 30 de maio de 2009 em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (n.d.). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007*. Recuperado em 25 de junho de 2009 em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese/pnad2007.pdf>
- Ishida, K. V. (2007). *Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Atlas
- Kassouf, A. L. (2007). O que conhecemos do trabalho infantil? *Nova Economia*, 17(2), 323-350.
- Martins, H. H. T. S. (2000). A Juventude no contexto da reestruturação produtiva. Em Abramo, H. W. et al. (Orgs.) *Juventude em debate* (pp. 17-40). São Paulo: Cortez.
- Oliveira, R. C. (1976). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira.
- Pais, J. M. (2003). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. (Original publicado em 1993).
- Romanelli, G. (1997). Famílias de classes populares: socialização e identidade masculina. *Cadernos de pesquisa – NEP*. Campinas, Ano III, (1 e 2), 25-34.
- Romanelli, G. (2008). Famílias de camadas médias e a escolarização superior dos filhos. Em Nogueira, M. A., Romanelli, G. & Zago, N. (Orgs.). *Família e escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares* (pp. 99-123). Petrópolis: Vozes.
- Salles, L. M. F. (2005, jan./mar.). Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. *Estudos de Psicologia*, 22(1), 33-41.
- Sarti, C. A. (2009). *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez.
- Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) (1998). *Vinte anos no ano 2000: Estudos sociodemográficos sobre a juventude paulista*. São Paulo: Seade.
- Singly, F. de (2000). Prefácio. O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. (C. E. Peixoto, Trad.). Em Peixoto, C. E., Singly, F. de & Cicchelli, V. (Orgs.), *Família e individualização* (pp. 13-19). Rio de Janeiro: FGV. (Original publicado em 2000).
- Souza, O. M. C. G. de & Alberto, M. de F. P. (2008). Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. *Psicologia em estudo*, 13(4), 713-722

- Traverso-Yépez, M. A. & Pinheiro, V. de S. (2005).
Socialização de gênero e adolescência. *Estudos Feministas*,
13(1), 147-162.
- Van Gennep, A. (2004). *The rites of passage*. (M. B. Vizedom
& G. L. Caffee, Trad.). Londres: Routledge. (Original
publicado em 1909).

Recebido em 21/10/2009

Aceito em 13/05/2010

Endereço para correspondência: Geraldo Romanelli. Avenida Bandeirantes, 3900 - FFCLRP-USP, Bairro Monte Alegre, CEP 14040-901, Ribeirão Preto-SP, Brasil. *E-mail:* geromane@ffclrp.usp.br.